



À espera do repasse de R\$ 27,5 bilhões do Orçamento para empréstimos em 2026, Fundo Clima contrata pouco em fevereiro

O destaque é para o financiamento à restauração de área degradada em Campos (RJ), mas há muito mais espaço para apoio à adaptação à mudança climática

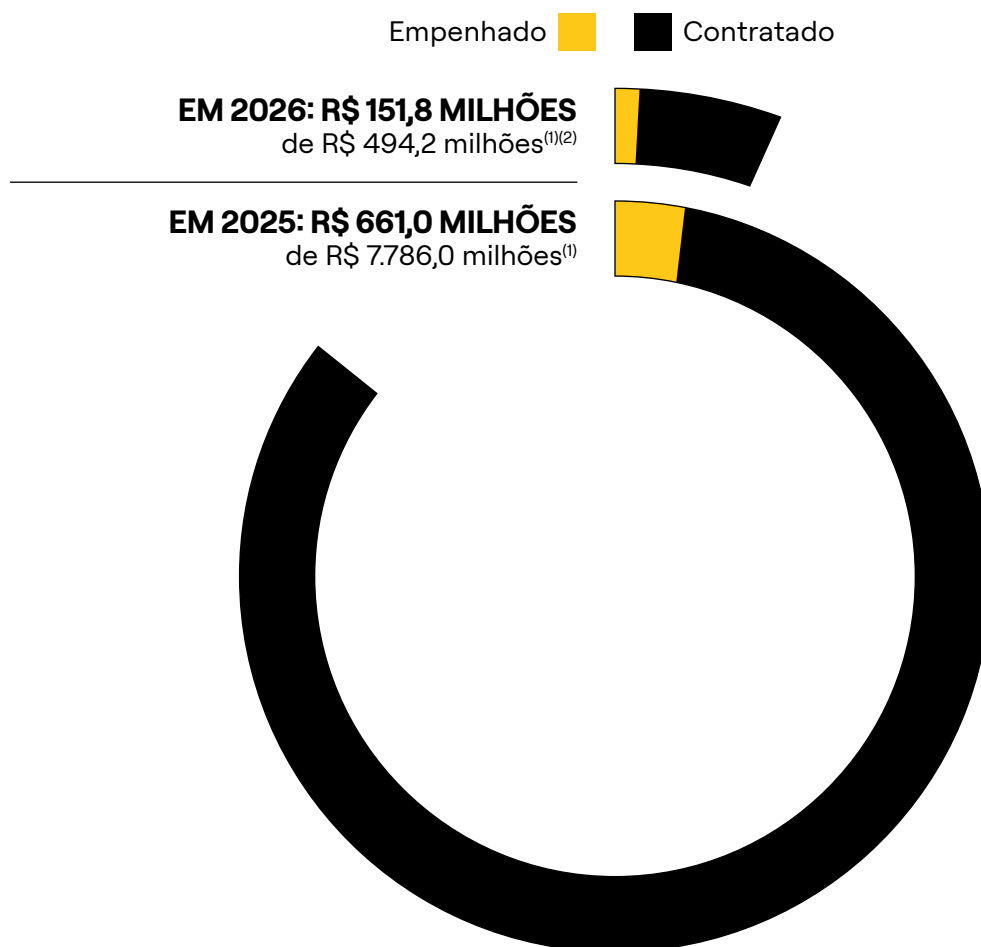


Um único contrato do Fundo Clima via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi assinado em fevereiro, de acordo com a base de dados do banco, que administra a principal linha de financiamento climático do país. Um empréstimo de R\$ 152 milhões à empresa Tree Agroflorestal S.A., que tem como objetivo a restauração ecológica e a conservação de 15 mil hectares em

Campos dos Goytacazes, município no norte do Rio de Janeiro.

Trata-se do segundo valor mais alto de um financiamento concedido à restauração florestal. No ano passado inteiro, os empréstimos para o setor de florestas somaram R\$ 661 milhões. O de maior valor beneficiou a empresa Suzano, para a restauração florestal de 24,3 mil hectares em diferentes biomas.

GRÁFICO 1: FINANCIAMENTO À RESTAURAÇÃO FLORESTAL, PLANTIO DE ÁRVORES E AGROFLORESTA NO FUNDO CLIMA



(1) Operações contratadas diretamente pelo BNDES

(2) Operações contratadas em janeiro e fevereiro

O financiamento à restauração florestal tem os juros mais baixos da carteira do Fundo Clima (por volta de 2% ao ano) e apoia um dos principais pilares do Plano Clima, por contribuir simultaneamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a adaptação às mudanças climáticas.

O financiamento à adaptação deverá alcançar 20% da carteira do Fundo Clima em 2026, de acordo com uma das metas aspiracionais aprovadas em março no Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR). Outra meta do PAAR deste ano é que os empréstimos atendam a pelo menos um objetivo de mitigação ou adaptação do Plano Clima, o que será exigido nos contratos assinados a partir deste mês.

Estudo divulgado no final de março pelo Instituto Talanoa mostra a necessidade de financiamento para a adaptação de infraestruturas críticas, como barragens e rodovias, além de investimentos para a contenção da erosão de zonas costeiras e para conter o impacto de cheias e inundações. Os investimentos para a adaptação são bem menos caros do que os chamados “custos de inação”, a estimativa de danos a serem causados. No caso das barragens, por exemplo, investimentos de R\$ 500 milhões podem conter perdas que ultrapassam R\$ 90 bilhões, se considerados os custos de recuperação dessas infraestruturas e impactos na produção e na geração de energia.

GRÁFICO 2: COMPARAÇÃO ENTRE CUSTOS DE ADAPTAÇÃO E DANOS PROJETADOS EM CENÁRIOS DE AGRAVAMENTO CLIMÁTICO NAS INFRAESTRUTURAS ANALISADAS

INFRAESTRUTURA	DANO CAUSADO	CUSTO (R\$ MILHÕES)		Relação (A) : (B)
		Inação (A)	Adaptação (B)	
Barragens	Necessidade reconstrução	47.685	497	95,9
	Produção sacrificada	4.019 - 12.058	497	8,1 - 24,3
	Perda de geração elétrica	6.918 - 34.592	497	13,9 - 69,7
Rodovias	Interrupção de tráfego	225 - 275	68	3,3 - 4,0
Deslizamentos	Dano conforme o passado	18.676 - 36.090	10.680	1,7 - 3,4
Zona costeira	Perda patrimonial	32.740	892	36,7
Drenagem Urbana	Danos totais ⁽¹⁾	245.000	18.100	7,3 ⁽²⁾

(1) Em 50 anos

(2) Relação baseada no benefício da adaptação (R\$ 132 bilhões) em comparação ao custo estimado das medidas

Apesar de o PAAR ter sido aprovado em março, os recursos do Orçamento destinados aos empréstimos via BNDES não haviam sido transferidos ao banco até a elaboração deste relatório. Trata-se de um passo burocrático, que não impede a realização de novas operações.

As operações com Estados e municípios, que registraram um volume recorde de empréstimos em análise em 2025, avançaram pouco em fevereiro. Apenas uma consulta foi registrada em fevereiro, de um empréstimo de R\$ 27,5 milhões para vários municípios do Rio Grande do Sul para melhorar a resposta a eventos climáticos extremos.

As negociações de empréstimos com entes da federação seguem um rito de transparência maior, a partir do momento em que os pedidos são registrados, o que não acontece com pedidos da iniciativa privada. Nesse caso, as operações só são divulgadas após a efeti-

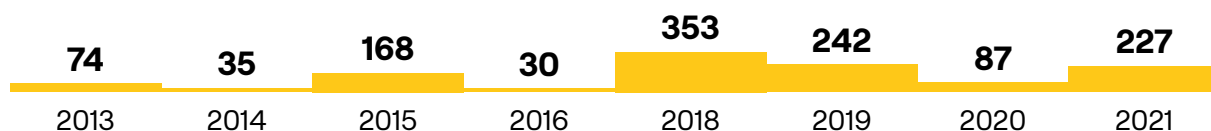
va contratação do empréstimo – e com mais de um mês de atraso.

Em fevereiro, também foram contratados, por meio de outras instituições financeiras, R\$ 36,4 milhões de empréstimos do Fundo Clima. O maior empréstimo foi destinado a uma empresa de beneficiamento de arroz em Pelotas (RS).

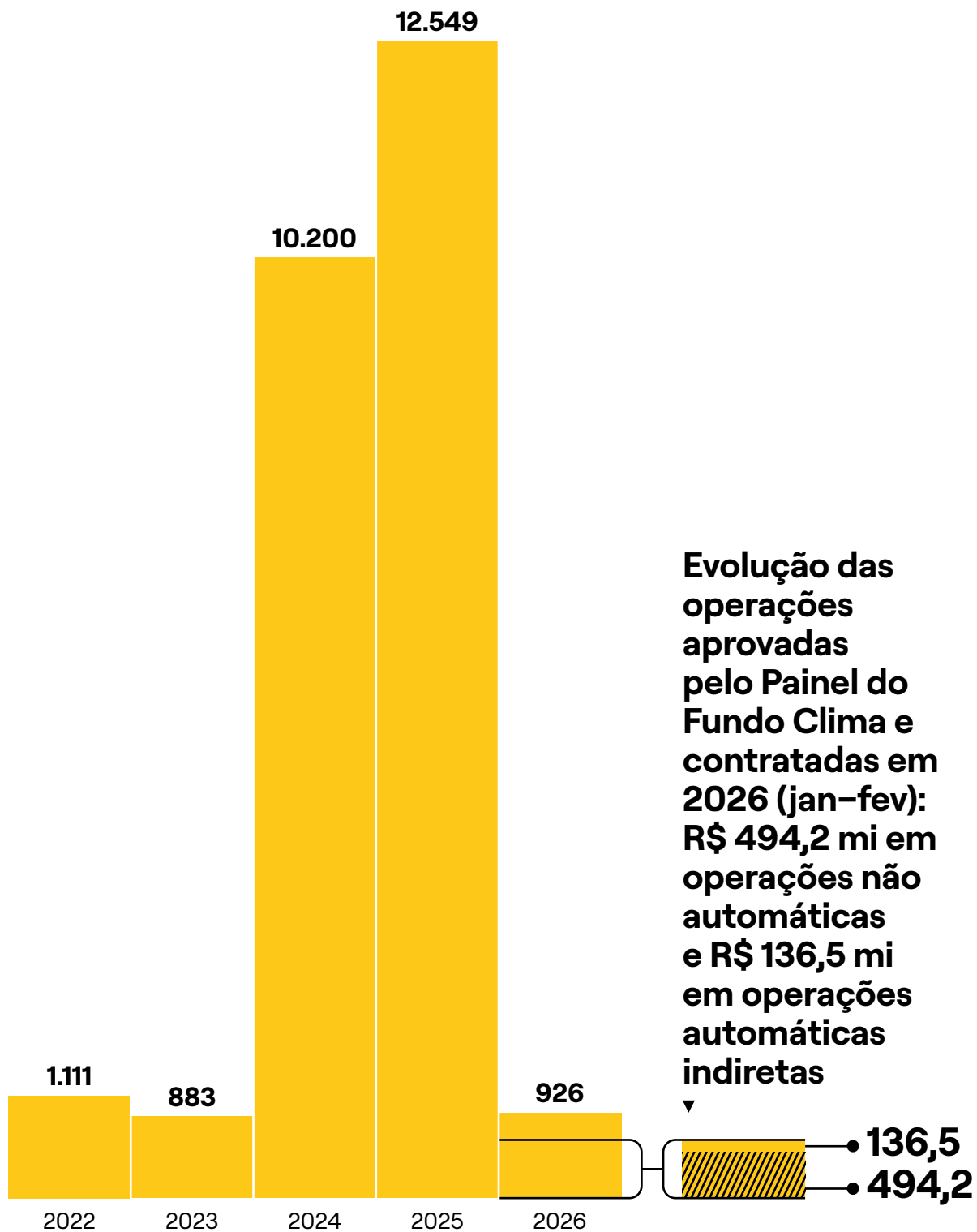
A divulgação pelo site do BNDES de operações apenas após a efetiva contratação do empréstimo impõe uma espécie de buraco negro entre o cômputo das operações “aprovadas” e os contratos, quando se sabe qual o objetivo do dinheiro. O painel do Fundo Clima divulga que foram aprovadas operações no valor de R\$ 926 milhões em janeiro e fevereiro. Mas os contratos somam R\$ 630,7 milhões. Não se sabe por ora o destino do dinheiro do equivalente a 30% dos recursos destinados a empréstimos do Fundo Clima até fevereiro.

GRÁFICO 3: O DESCOMPASSO ENTRE OPERAÇÕES APROVADAS E CONTRATADAS

Em R\$ milhões



Fonte: Painel do Fundo Clima



Considerações finais

ESPERA-SE QUE AS OPERAÇÕES APROVADAS A PARTIR DO INÍCIO DE ABRIL JÁ CUMPRAM UMA DAS METAS “ASPIRACIONAIS” DO NOVO PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (PAAR) DO FUNDO CLIMA E INDIQUEM CLARAMENTE UM ALINHAMENTO AINDA QUE INICIAL AOS OBJETIVOS DO PLANO CLIMA

Espera-se também que o alinhamento a pelo menos um dos objetivos de mitigação e de adaptação venha indicado nas planilhas de contratos do BNDES a partir do novo PAAR.

Como se vê, há um grande espaço de recursos do Fundo Clima a ser investido em adaptação

às mudanças climáticas também pelo setor privado, com infraestruturas críticas demandando investimentos para promover resiliência bem abaixo do prejuízo estimado com eventos climáticos extremos, que tendem a se tornar mais frequentes com o aquecimento global.



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)